

O REPUBLICANISMO KANTIANO

Autor: Renato Capitani

Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga De Souza

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 19/03/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2007

RESUMO

A presente dissertação tem dois objetivos centrais: o primeiro é apresentar a solução kantiana aos seguintes problemas da filosofia política: a) o problema da fundamentação da necessidade do Estado e b) o problema da definição e justificação da melhor forma de governo, ou seja, de como o Estado deve organizar-se para exercer o poder que lhe é inerente. O segundo objetivo é analisar a manutenção do conceito ético de autonomia no contexto do pensamento jurídico-político kantiano. Diante desses objetivos, fez-se necessário estruturar a dissertação em quatro capítulos. O primeiro delimita o objeto de estudo e apresenta a chave de leitura sem a qual compreende-se que é impossível entender o pensamento jurídico-político kantiano, a saber, as perspectivas argumentativas da *respublica noumenon* (plano racional) e da *respublica phaenomenon* (plano fático ou efetivo). No segundo capítulo, “A fundamentação racional do Estado”, expõe-se a resposta de Kant ao problema da fundamentação da necessidade do Estado. Apresenta-se a transformação kantiana dos conceitos tradicionais do contratualismo, a saber, estado de natureza e contrato originário. No terceiro capítulo, “O Estado da razão”, apresenta-se a solução ao problema da melhor forma de governo, de como o poder *deve* ser exercido. Esse capítulo explora os seguintes temas: formas de soberania (*Formen der Beherrschung*) e formas de governo (*Formen der Regierung*), princípios fundamentais do republicanismo, distinção dos poderes, conceito de soberania e princípio de representação. O quarto capítulo, “O cidadão republicano”, analisa o conceito de autonomia no contexto do pensamento jurídico-político kantiano. A análise é feita desde as perspectivas da *respublica noumenon* e da *respublica phaenomenon*. Na primeira perspectiva, explora-se o problema do liberalismo kantiano, a partir da distinção entre ética e direito. Procura-se demonstrar que, embora o direito exija apenas a legalidade, a “moralidade jurídica” é a possibilidade de conduta mais apropriada ao cidadão republicano. Na base dessa interpretação está a compreensão da filosofia prática kantiana como um projeto de emancipação humana, em que ética e direito são âmbitos que se complementam. Na segunda perspectiva, trata-se de expor o veto kantiano ao direito de resistência e sua reiterada ênfase na necessidade do esclarecimento. Exploram-se os últimos escritos de Kant e entende-se que a noção de esclarecimento, no âmbito da *respublica phaenomenon*, é o correlato da “autonomia abstrata” do plano da *respublica noumenon*.

PALAVRAS-CHAVE: Kant. Estado. Republicanismo. Direito. Autonomia. Respublica Noumenon. Respublica Phaenomenon.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

LINGUAGEM E REALIDADE NO TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS

Autor: Juliano do Carmo Santos

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hoffmeister Pich

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 12/01/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1866

RESUMO

O objetivo deste estudo é explorar a inter-relação dos conceitos de representação e gramática no Tractatus Logico-Philosophicus de Wittgenstein. A questão mais importante colocada à Filosofia da Linguagem é a relação linguagem-realidade, pois, com efeito, saber como a linguagem é capaz de significar coisas, ou seja, referir-se à realidade, é o problema fundamental de qualquer filósofo quando busca pensar a realidade através de proposições. Ao longo de sua vida o problema da conexão entre linguagem e mundo tornou-se uma obsessão para Wittgenstein, repetidamente ele retoma este tema para elucidar a natureza da representação do mundo na linguagem. Esta tarefa domina o Tractatus e continua como um tema dominante nas investigações gramaticais de sua filosofia posterior. É por isso que começo minha argumentação pela estrutura da realidade e imediatamente passo a analisar a estrutura da linguagem, para que no fim deste trabalho se possa perceber a grandeza desta questão. Durante a análise eu procurarei clarificar alguns conceitos importantes do Tractatus, tais como o conceito de “fato” e “estado de coisas possível”, “objetos” e “nomes”, “figuração” e “método de projeção”.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Realidade; Representação; Proposição; Critério de sentido; Wittgenstein.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

O FUNDACIONISMO CLÁSSICO REVISITADO NA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Autor: Kátia Martins Etcheverry

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 12/03/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1940

RESUMO

O argumento do regresso se apóia na inaceitabilidade de um regresso epistêmico vicioso. Os fundacionistas defendem que esse regresso pode ser evitado através de crenças que são justificadas de modo não-inferencial. Por conseguinte, é preciso uma definição de ‘justificação não-inferencial’ a fim de que se possa oferecer uma definição de ‘justificação fundacionista’. Descartes identificou o conhecimento fundacional com crença infalível, mas infalibilidade trouxe às concepções fundacionistas tanto alegrias como tristezas. Apesar da certeza e segurança epistêmicas que ela proporciona, muitos epistemólogos estão convencidos de que a fundação, permitida por uma justificação fundacional restrita ao que pode ser acreditado de modo infalível, é pequena demais para oferecer suporte ao complexo edifício de crença que nós, intuitivamente, pensamos estar justificados em crer. Laurence Bonjour, Richard Fumerton e Timothy McGrew são epistemólogos contemporâneos que defendem uma forma clássica de fundacionismo. Colocado em termos sucintos, eles sustentam que, quando uma pessoa tem uma certa experiência, ela está em posição excelente para determinar se sua crença é acurada. Assim, a justificação de crenças empíricas depende, em última instância, de crenças que são justificadas, de modo não-inferencial e infalível. As teorias fundacionistas clássicas, desses três filósofos da atualidade, constituem o assunto principal da presente dissertação.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Fundacionismo Epistemológico. Justificação Epistêmica. Justificação Não-inferencial. Epistemologia Contemporânea.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

LIVRE-ARBÍTRIO E AÇÃO MORAL EM AGOSTINHO : UM ESTUDO A PARTIR DO DE LIBERO ARBITRIO

Autor: Mariciane Moraes Nunes

Orientador: Prof. Dr. Luis Alberto De Boni

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 13/01/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1838

RESUMO

O problema do mal tornou-se uma constante inquietação na vida de Agostinho. Seu pensamento é marcado pelas mais diversas influências, sobretudo das doutrinas maniqueísta e neoplatônica. Contudo, as respostas oferecidas por tais correntes filosóficas não satisfizeram o inquieto coração do hiponense. O ensaio de uma resposta a esse problema ocorreu tardiamente, em *O livre-arbítrio*, obra na qual Agostinho busca enfrentar, juntamente com seu interlocutor, Evódio, o problema da origem do mal moral, vinculando-o à vontade humana. Nesta dissertação, pretende-se evidenciar como o bispo de Hipona busca inocentar Deus da acusação de ser o autor do mal, mostrando que a causa da presença do mal no mundo deriva do abuso do livre-arbítrio, visto que, considerado em si mesmo, este atributo da vontade é um bem e um dom do Criador concedido ao homem.

PALAVRAS-CHAVE: Mal. Liberdade. Vontade. Livre-arbítrio. Responsabilidade. Ação moral.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO FICHTE E A INTUIÇÃO INTELECTUAL

Autor: Thiago Suman Santoro

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft

Grau: Doutorado

Data da Defesa: 02/04/2009

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1966

RESUMO

A presente tese investiga a idéia de fundamentação última do conhecimento a partir do conceito de intuição intelectual na obra de J. G. Fichte. O objetivo principal da investigação é indicar em que medida esse conceito central à doutrina-da-ciência pode auxiliar na superação do impasse epistêmico que o conhecimento discursivo acarreta. Mais especificamente, trata-se de avaliar criticamente o problema do dualismo epistêmico gerado pela intencionalidade da consciência, e o alcance da solução proposta por Fichte. Para tanto, primeiramente serão apresentadas três objeções à idéia de intuição intelectual, bem como à noção de fundamentação última, tal como postuladas por Kant, Hegel e Hans Albert. A segunda parte do trabalho faz uma análise da posição de Fichte, e de possíveis respostas suas a tais críticas, tomando como texto base a Segunda Introdução à Doutrina-da-Ciência (1797/8). Pretende-se indicar com essa análise o papel fundamental que o conceito de intuição intelectual desempenha no projeto fichtiano de fundamentação do saber. Por fim, na terceira parte do trabalho, pretende-se mostrar que a idéia de intuição intelectual está intimamente vinculada à idéia de insuficiência da razão discursiva. Nessa seção, realiza-se uma análise desse problema a partir do texto da Doutrina-da-Ciência de 1804, também com o intuito de examinar uma possível relação teórica entre duas fases do pensamento de Fichte.

PALAVRAS-CHAVE: Fichte, Intuição Intelectual, Segunda Introdução à Doutrina-da-Ciência, Doutrina-da-Ciência de 1804, Fundamentação do Conhecimento.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

TRÊS TEMAS DE SER E TEMPO DIANTE DO MÉTODO ANALÍTICO-LINGÜÍSTICO

Autor: Emanuel Bagetti Zeifert
Orientador: Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein
Grau: Mestrado
Data da Defesa:
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
Departamento: Filosofia
URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1935

RESUMO

As questões suscitadas pela multiplicidade de temas abordados em *Sein und Zeit* (SZ), bem como o modo heideggeriano de apresentação e articulação de seu pensamento, levaram à procura de um ponto de partida desde o qual uma maior aclaração e compreensão das questões ali presentes pudessem ser alcançadas. Considerando isso, nosso estudo apresenta uma discussão de três temas da filosofia de Martin Heidegger a partir da recepção analítico-lingüística de Ernst Tugendhat. Tendo como pano de fundo as questões e pressupostos fundamentais de SZ, o estudo abordou três temas constituintes do projeto de SZ: (1) a relação do Dasein com seu próprio ser; (2) a relação do Dasein com os entes intramundanos que não possuem seu modo de ser; (3) a pergunta pelo sentido do ser. O enfoque analítico-lingüístico na discussão de conceitos e teses relativos a esses temas resultou, assim, na constatação tanto de pontos produtivos e quanto problemáticos da posição de Heidegger. No que concerne a (1), a interpretação de Tugendhat mostra a significativa novidade e vantagem do modelo heideggeriano do relacionar-se consigo mesmo diante dos modelos tradicionais baseados na relação sujeito/objeto. A respeito de (2), apresentam-se os problemas da concepção de Heidegger da primazia da manualidade [Zuhandenheit] em comparação com o ser simplesmente dado [Vorhandenheit] e, ao mesmo tempo, destaca-se a importância do conceito de “mundo” nesse âmbito de questionamento. Quanto a (3), colocam-se algumas questões sobre a universalidade e adequação da pergunta guia de SZ. Vistas em conjunto, essas discussões oferecem, primeiro, uma visão da perspectiva analícolingüística de interpretação; segundo, uma determinação dos pontos em comum entre as posições filosóficas de Heidegger e Tugendhat; terceiro, subsídios para um estudo de caráter mais amplo envolvendo mais aspectos importantes da filosofia de Heidegger e uma discussão dos pressupostos metodológicos da interpretação de Tugendhat.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

O SENTIDO DO HUMANO COMO RESPONSABILIDADE PELO OUTRO NO PENSAMENTO DE LEVINAS

Autor: Marcelo De Bastiani

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm De Souza

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 11/12/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1795

RESUMO

Embora seja possível constatar inúmeros avanços culturais, científicos e principalmente tecnológicos, isso não significa que se tenha atingido maior dignidade, mais qualidade de vida ou qualidade nas relações. As relações humanas não acompanham essa evolução. A humanidade encontra-se mergulhada em uma crise de sentido, pois perdeu inúmeros parâmetros de referência. Na tentativa de suprir tais parâmetros, recorreu-se à razão para que esta servisse de baliza; porém, sua eficácia também passou a ser questionada por não conseguir responder a todas as exigências necessárias. Assim, a humanidade se encontra órfã de sentido, ou de algo que lhe indique um caminho seguro que aponte para um sentido. Interessados em aprofundar essa problemática, do sentido do humano, em termos filosóficos, encontramos no cruzamento de nossas experiências nas áreas da Psicologia e da Filosofia em Emmanuel Levinas uma proposta audaciosa: a ética é assumida como a filosofia primeira; a responsabilidade precede a liberdade; e, o Tu é anterior ao Eu. Sua proposta remete a um novo modo de agir e pensar o ser humano que vive em sociedade. A este (ser humano) cabe a tarefa de construir sua identidade e de encontrar um sentido, a qual é exclusivamente sua; porém, nessa (tarefa), o Outro assume um papel fundamental: é no encontro com o Outro, numa atitude de abertura e acolhimento que a ética encontra seu espaço de realização. O Outro se apresenta por meio de um Rosto, o qual é doador de sentido, na medida em que o eu acolhe sua alteridade.

PALAVRA- CHAVE: Sentido, humano, responsabilidade, Crise, ética

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

NATUREZA, ARTE, RAZÃO:UM ENSAIO SOBRE A PEDAGOGIA ESTÉTICA NA OBRA DE F. SCHILLER

Autor: João Carlos Besen

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm De Souza

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 15/12/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1965

RESUMO

Neste trabalho abordamos, na obra de F. Schiller, a reflexão estética da arte e do belo. Saber e conhecer, sentimento e princípios, matéria e forma, sentir e pensar, são constituintes do homem em igualdade e medida, segundo Schiller, e constituem aqui o foco principal de nosso interesse. A arte e o belo relacionam-se intimamente no homem físico e moral. O impulso sensível e formal equilibram-se em unidade no impulso da beleza, lúdico e arte. A beleza por si só seria suficiente para tirá-lo do estado natural e do estado passivo, ao que o belo leva-o a fruição e ao jogo. Afiança Schiller que, nele, o jogo suporta o fundamento da sua reflexão filosófica. No impulso estético, os impulsos vitais implicam-se e fundam-se a um só tempo no ânimo e no pensamento, na forma livre das coações externas. Não obstante a vontade, querer e fazer implicam-se na reciprocidade estética, na conquista da autonomia e da liberdade do fazer-se humano e suas lides.

PALAVRAS-CHAVE: Schiller. Educação Estética. Arte. Impulso Estético.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

LÓGICA DA ALTERIDADE DE HEGEL: UMA LEITURA LÓGICA DA FIGURA DO SENHOR E DO SERVO SEGUNDO P.-J. LABARRIÈRE

Autor: André Oliveira Costa

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Grau: Mestrado

Data da Defesa:

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1783

RESUMO

Este trabalho tem como temática central o estatuto da alteridade dentro da Filosofia de Hegel. Pretende-se compreender a Filosofia hegeliana através da alteridade como conceito fundamental para sua estrutura. Trataremos, portanto, de verificar como a Filosofia hegeliana, ao contrário do que afirmam os críticos da totalidade, está afastada do modelo da Identidade e próxima ao que é denominado de modelo da “Identidade da Identidade e da diferença”, visto que nesta a alteridade não é anulada, mas supressumida (negada, conservada e elevada). Para tanto, nos apoiaremos na leitura de Labarrière sobre a alteridade em Hegel, diferenciando esta posição das da Kojève e Hyppolite. A Filosofia de Hegel, para Labarrière, apresenta o silogismo que leva a unidade à diferença de seus extremos (imediatidade imediata e imediatidade mediada). Para isso, entretanto, faz-se necessária a presença do termo médio como função reflexiva. Assumimos a compreensão assumida por Labarrière de que também “há uma lógica por trás da consciência”. Nosso trabalho, dessa forma, ao delimitar o tema da alteridade na esfera da subjetividade, pretende verificar o estatuto deste conceito na figura do Senhor e do Servo. A lógica que está por trás da Fenomenologia do Espírito apresenta as categorias da Ciência da Lógica. Assim, tomaremos a figura do Senhor e do Servo como momento lógico correspondente à lógica da Essência. Nesta figura, encontramos a passagem de uma relação da consciência com o mundo para uma relação intersubjetiva, isto é, a consciência toma reflexivamente outra consciência como objeto. Para Hegel, a formação de uma autoconsciência só pode ocorrer pela situação de intersubjetividade. A constituição de uma alteridade subjetiva e o reconhecimento do outro como igual, portanto, é necessária para a emergência da autoconsciência.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

TRABALHO ALIENADO EM MARX: A BASE DO CAPITALISMO

Autor: Ricardo Santos Da Luz
Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco
Grau: Mestrado
Data da Defesa: 17/12/2008
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
Departamento: Filosofia
URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1772

RESUMO

Esta pesquisa investiga em que consiste a crítica marxiana do trabalho alienado, quais os desdobramentos dessa forma específica assumida pelo trabalho e quais os caminhos a serem percorridos para a sua superação. Além disso, procura mostrar que, apesar das profundas mudanças ocorridas na nossa sociedade, desde a época em que essa crítica foi elaborada, o trabalho alienado continua fazendo parte da estrutura fundamental que garante o funcionamento do sistema capitalista de produção. Ao percorrermos os caminhos desta investigação, procuramos mostrar, inicialmente, que existe uma relação fundamental entre o trabalho e o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, mas que o trabalho, também, pode impedir esse desenvolvimento, possuindo, assim, um caráter de ambigüidade. A seguir, investigamos a influência do pensamento hegeliano na elaboração da crítica marxiana do trabalho alienado, e em que consiste essa forma que o trabalho assume no sistema capitalista. Depois, investigamos os desdobramentos do trabalho alienado, os quais estão diretamente relacionados com a lógica de funcionamento do capitalismo. Esses desdobramentos são a propriedade privada, a divisão do trabalho e a transformação do trabalhador em mercadoria. Adiante, mostraremos os caminhos a serem percorridos, conforme a concepção marxiana de ser humano e da história, para a superação do trabalho alienado. Por fim, procuramos mostrar que a crítica marxiana do trabalho alienado continua atual, embora o antagonismo entre classes apresente uma complexidade muito maior, e o trabalho tenha assumido configurações muito diferentes daquelas existentes na época de Marx. Essa atualidade se sustenta no fato de que o antagonismo entre capital e trabalho nunca deixou de existir, e de que o trabalho, embora esteja cada vez mais sob o domínio do capital, a ponto de sua centralidade ser questionada, está indissociavelmente ligado à humanização dos seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Alienado. Propriedade Privada. Divisão do Trabalho. Comunismo. Marx. Luta de Classes. Capitalismo.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

TOTALIDADE ONTOLÓGICA EM HEGEL: O PROBLEMA DA METAFÍSICA NA PHÄNOMENOLOGIE DES GEISTES

Autor: Pedro A. G. De Oliveira Neto

Orientador: Prof. Dr. José Nicolau Heck

Grau: Doutorado

Data da Defesa: 29/09/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1671

RESUMO

Este trabalho propõe defender que a *Phänomenologie des Geistes* de 1807 de Hegel é obra metafísica e não gnosiológica. O saber que é o objeto da mesma não é o Princípio Lógico que a sustenta, e sim a substância que, apresentada pelas figuras-de-espírito, permite à consciência compreender que seu reconhecimento passa pela indissociabilidade entre externo e interno e que o saber deve se filiar a essa concepção monista estendida ao dualismo. Esse pressuposto teórico de Hegel é o que permite o surgimento de novo direcionamento ao saber contemporâneo. E isso só se torna sustentável uma vez elaborada uma concepção metafísica dialética, realizada por Hegel em sua *Phänomenologie des Geistes*. Trata-se de obra estrutural que tanto se lança à exterioridade do discurso válido quanto expressa a interioridade veraz da consciência enquanto consciência-de-si. De maneira que seu desdobramento se apresenta no objeto em si como essência espiritual, no espírito como universalidade do saber e como consciente de sua razão objetiva e efetiva até alcançar a totalidade ontológica. A metafísica dialética erigida por Hegel é apresentada na seção ‘Religião’, na qual ocorre a reunião da ‘Consciência’/‘Razão’ com a ‘Consciência-de-si’/ ‘Espírito’, de forma que a consciência-de-si como espírito se põe como consciência da essência absoluta em geral. A seção ‘Religião’, ao mesmo tempo em que anuncia a metafísica dialética hegeliana, na reunião entre objetividade e efetividade, ainda não ultrapassa sua consciência como tal ou falta a ela elevar-se à efetividade de sua consciência-de-si ao objeto de sua consciência. Resta a ela o momento da sua absolutez ou a junção entre forma e conteúdo como espírito absoluto. No ‘Saber Absoluto’, o saber conceituante é apresentado. Hegel tenta resolver o problema da metafísica retornando a Heráclito e a Parmênides; contrapõe-se à herança moderna ao conjugar ontologia e totalidade de forma crítica, movido pela inseparabilidade lógica principal entre externo e interno. Esta, assentada no espírito que se sabe enquanto figuras-de-espírito, fundamenta a metafísica dialética defendida por Hegel e possibilita outra estrutura conceitual distinta da dicotomia moderna – fundamento filosófico da ciência generalista – e dá suporte à ciência complexa.

PALAVRAS-CHAVE: Metafísica; Interno; Externo; Saber; Ontologia.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------

O CONCEITO DE EXISTÊNCIA NA METAFÍSICA DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

Autor: Mauro Godoy Prudente
Orientador: Prof. Dr. Reinholdo Aloysio Ullmann
Grau: Mestrado
Data da Defesa: 16/12/2008
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
Departamento: Filosofia
URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1771

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo examinar aquele que pode ser considerado o termo fundamental da semântica tomista: o conceito de existência. O Aquinate, em sua Teologia natural, utiliza os termos *Deus* e *Existência* como estritamente sinônimos. Desse modo, cabe evidenciar os aspectos mais importantes de sua reflexão metafísica, a fim de chegar ao conceito de Deus como A Existência (*Ipsum esse subsistens*). São Tomás, para atingir esse resultado, deve demonstrar que, se todos os *entes* acessíveis à percepção humana existem por outro (*ab alio*), então deve haver pelo menos um ser que exista por si (*ens a se*). É este ser que responde pela causa primeira de tudo o mais que se possa afirmar, com verdade, que *exista*, no sentido forte do termo.

PALAVRAS-CHAVE: São Tomás de Aquino, Deus, metafísica, existência, essência, *Ipsum esse*.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	p. 285-296
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	------------